

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. PEDRO WESTPHALEN)

Altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para possibilitar que as academias de ginástica ingressem no Perse.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia da Covid-19; institui o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC); e altera as Leis nos 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para possibilitar que as academias de ginástica ingressem no Perse.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º-A e 2º-A:

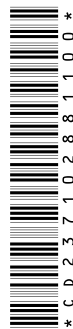
“Art.

2º .....

§ 1º .....

§ 1º-A Ficam equiparadas às empresas pertencentes ao setor de eventos para os efeitos previstos nesta Lei as academias de esporte de todas as modalidades.

§ 2º .....



§ 2º-A No caso em que as empresas de que tratam o § 1º e o § 1º-A forem optantes pelo Simples Nacional:

I – a transação de que trata o art. 3º somente se aplica aos débitos não-tributários;

II – não haverá a redução a zero das alíquotas dos tributos previstos no art. 4º.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Conforme dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as academias estão no grupo de atividades mais afetadas pela crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 no Brasil. Cerca de metade delas esteve com dívidas em atraso e o faturamento do setor chegou a se apresentar em um patamar 52% abaixo do que seria normal<sup>1</sup>.

O próprio Poder Executivo reconheceu, por meio do Decreto nº 10.344, de 11 de maio de 2020, que as academias de esporte de todas as modalidades desempenhavam, durante a pandemia, atividades essenciais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim consideradas aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

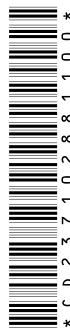
Assim, nada mais justo que o setor de academias seja incluído no Programa Emergencial de Retomada originalmente desenhado para o setor de eventos, haja vista ser aquele um setor tão afetado quanto esse pela pandemia.

Adicionalmente, estamos fazendo a previsão de que podem ingressar no Perse as empresas do setor de eventos e aquelas a elas equiparadas que sejam optantes pelo Simples Nacional, hipótese em que não

<sup>1</sup> Conforme informação disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/sebrae-setor-de-academias-e-um-dos-mais-afetados-pela-pandemia>.

Acesso em 27 fev 2023.



gozaram dos benefícios tributários do Programa, haja vista o disposto no art. 146, III, “d” da Constituição.

Temos a certeza de contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado PEDRO WESTPHALEN

2023-982

